

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

1 Ata da reunião de Instância de Controle Social

2 Ata da reunião da ICS-PBF, realizada no dia 02 de dezembro de 2022, no auditório da EMAPS, que
3 contou com a presença de conselheiros e convidados conforme lista abaixo e da Secretaria Execu-
4 tiva, Sra. Adelma Lima– SEATAC:

COMISSÃO IV - ICS-PBF	GOVERNO	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	TRABALHADOR	USUÁRIO
TASSIA QUEIROZ PRADO - SEDS	P	***	***	***
NADIA ALEXANDRE D. S. SANTOS- SMS	P	***	***	***
MARIA ANUNCIAÇÃO DE J. LOURENÇO - SMS	P	***	***	***
ANGÉLICA EGLER G. GOMES - SEDUC	F	***	***	***
KELLY MARIA URSINI - SEDUC	P	***	***	***
ALEXSANDER JOSÉ GUEDES -SEMES	F	***	***	***
ONG VIDAS RECICLADAS - ALCIONE	***	F	***	***
GRAZIELA SALOMÃO VELLOSO	***	***	P	***
ALAIDE MARIA DE OLIVIERA	***	***	***	F
MARCOS AZEVEDO	***	***	J	***
TOTAL	4	0	1	0

5 CONVIDADOS:

SAMANTA LIMA VENÂNCIO	DEPROS-B/SEDS
RAYSSA RAMOS BRARJA	COGESUAS/SEDS
CAMILA G. MATOS	COBROS-B/SEDS
MARCELLA RODRIGUES LIMA ALVES	ESTAGIARIA – UNIFESP
REGINA MARIA MENDONÇA	SEDUC

6
7 A reunião foi iniciada as 9:30. A secretaria executiva agradeceu a presença de todos e na sequência
8 foi elaborada conjuntamente a pauta da presente reunião e passou-se a discutir os respectivos
9 assuntos: **1. Alteração do plano de utilização do recurso do IGD-M.** Na última reunião foi
10 solicitado alteração para compra de itens para a seção SECAFUR, porém não foi possível pensar
11 na possibilidade, pois não era sabido o valor ainda disponível para utilização. Sra. Tassia informou
12 o valor que consta em conta, R\$ 368.547.37, sendo este valor já reservado, não sendo possível
13 mais nenhuma alteração esse ano. Sra. Samanta ressalta que os valores que foram utilizados para
14 construção do plano foram os valores previstos, porém em 2022 quase não houve repasse, sendo
15 utilizado para aquisição dos itens o valor do saldo remanejado de 2021. Sra. Adelma informa que a
16 tela de projeção da educação foi entregue no conselho, aguardando a entrega do projetor para
17 entrega. Sra. Anúnciação pergunta sobre o pedido da saúde, notebooks. Sra. Tassia informa que
18 no momento não há ata de compra aberta, somente de aluguel e que a empresa que deveria
19 fornecer os últimos itens comprados, não cumpriu o contrato, assim o pedido da saúde não será

20 atendido esse ano. Esclareceu que estão estudando a possibilidade de compra dos computadores
21 via SEDS, e não pelo DETIC, como foi feita a compra para os computadores adquiridos com recurso
22 do FEAS, porém ainda não possuem definição. A partir de abril/2023 a Lei 8666 (licitações) será
23 revogada, sendo que com a nova legislação não será possível dispensa licitação, ou seja, não se
24 sabe como serão realizadas as compras no ano de 2023. Ainda sobre o recurso do IGD, a comissão
25 acordou os prazos para a aprovação do plano para 2023, sendo o mês de janeiro para definição
26 das secretarias das suas necessidades, construção do plano em fevereiro e apresentação e
27 aprovação na AGO de março. **2. Apreciação do relatório sobre as condicionalidades do Auxílio**
28 **Brasil.** O relatório foi elaborado pela equipe da Vigilância Socio Assistencial da COGESUAS. Foi
29 acordado na última reunião, que seria enviado com antecedência para análise dos conselheiros,
30 porém não foi possível, assim a Sra. Rayssa levantou alguns pontos do relatório para discussão.
31 Questionou o número alto dos casos identificados como motivo para descumprimento de
32 condicionalidade nas escolas de “A escola não sabe/não informou”. Sra. Regina esclarece que
33 geralmente este motivo é preenchido pelas escolas estaduais. Aproveitando para apresentar os
34 problemas enfrentados com a equipe das escolas estaduais para acompanhamento das
35 condicionalidades do PAD. Informou que algumas escolas não realizam de fato o acompanhamento,
36 sendo preenchido no sistema presença para todos os alunos e algumas nem sequer preenchem o
37 sistema, alegando que não o fazem por falta de tempo. Assim, a SEDUC com objetivo de não
38 prejudicar as famílias, geralmente preenche o sistema, dando presença a todos. Na última digitação,
39 uma escola estadual, ficou sem digitar os dados, sendo alertada das consequências, porém não foi
40 regularizado, assim o sistema fechou e todos os alunos ficaram sem os dados digitados. Sra.
41 Samanta questiona em qual a escola o fato ocorreu, pois será preciso pensar em estratégias para
42 atendimento das famílias para que não haja penalização no recebimento do benefício. Sra. Regina
43 não soube informar no momento o nome da escola, se comprometendo a buscar a informação. Sra.
44 Camila manifesta preocupação como relação a situação apresentada, visto que a repercussão das
45 famílias e o impacto no CRAS trará inúmeros prejuízos. Para que o técnico entre com o recurso
46 para que a família não sofra sanções, será preciso atendimento individualizado. Geralmente as
47 escolas entregam uma declaração para a família onde consta erro de digitação e esse documento
48 pode ser utilizado para fazer o recurso no CRAS. Sra. Regina justifica que entende que as famílias
49 podem ser prejudicadas, mas que as escolas estaduais precisam assumir a responsabilidade pelo
50 acompanhamento, que já vem tentando por vários anos articulação/sensibilização com as
51 supervisoras, porém não consegue avançar na perspectiva de os profissionais entenderem a
52 importância do acompanhamento das famílias no PAB. A comissão pensa que a partir da ciência do
53 território que o fato aconteceu, é preciso pensar estratégias coletivas para mudança da situação,
54 junto às famílias, ao CRAS e às escolas. Foi pensado também de no início de 2023, a comissão
55 preparar uma reunião e chamar representantes do Estado, com intuito de sensibilização para a
56 importância do acompanhamento da educação nos PAB. Sra. Rayssa pergunta sobre os casos onde
57 foi marcado o motivo “negligência”, se os encaminhamentos a família foram realizados pela escola.

58 Sra. Kelly informa que esse motivo é mais marcado na educação infantil. Pergunta sobre a definição
59 de negligência, uma vez que existe um cuidado grande antes de marcar esse motivo, mas ao
60 mesmo tempo uma fragilidade no entendimento do conceito, que garanta mais segurança dos
61 profissionais para marcação deste campo. Sra. Regina fala que os supervisores da educação infantil
62 têm realizado um ótimo trabalho, mesmo estando utilizando sistema pela primeira vez. Sra. Kelly
63 irá levantar os territórios que foram apontados situações de negligência e se foram realizados os
64 encaminhamentos necessários. Sra. Samanta pontua a necessidade de compartilhar a lista final
65 nominal do relatório de descumprimento a gestora da educação, pois eles não conseguem acessar
66 sistema após encerramento da digitação. Os números de ocorrências nos relatórios da educação e
67 assistência não batem. Sra. Tassia sugere a construção de uma planilha compartilhada entre as
68 três políticas ou envio de relatório após a digitação, para acompanhamentos dos casos, podendo
69 ser ainda uma comunicação mais simples, como e-mail. Sra. Regina fala da instabilidade do
70 sistema, onde aparece e desaparece nomes, inclusive de crianças que nunca moraram em santos.
71 As vezes aparecendo nomes após o fechamento do período de digitação. Os participantes da
72 comissão preencheram a avaliação, instrumental construída pela SEATAC. Foi decidido que em
73 janeiro a comissão não se reunirá, retomando as atividades no mês de fevereiro. Não tendo mais
74 assuntos a tratar, a reunião é finalizada as 11:40h.